

OS LIMITES CRONOLÓGICOS DA I GUERRA MUNDIAL

Filipe Ribeiro de Menezes

Quando começou – e terminou – a I Guerra Mundial? Na Europa Ocidental, onde a guerra das trincheiras domina a memória coletiva do conflito, transmitida e transformada através de várias gerações, a pergunta pode parecer despropositada e a resposta óbvia: a guerra começou a 28 de julho de 1914, com a declaração de guerra austro-húngara à Sérvia, e terminou na 11.^a hora do 11.^o dia do 11.^o mês de 1918, aquando da entrada em vigor do armistício negociado entre a Alemanha, derrotada no campo de batalha e mergulhada numa tremenda crise política e social, e as potências aliadas, cujos exércitos se aproximavam de território alemão. Porém, esse armistício não marcou o fim oficial da guerra; foi apenas um entre vários armistícios (outros tendo sido pedidos anteriormente pelos impérios Austro-Húngaro e Otomano, e pela Bulgária) e a sua assinatura marcou apenas uma trégua nos combates, sendo a contenda terminada, do ponto de vista legal, apenas pela assinatura dos tratados negociados em Paris, em 1919. Mas nem nesse momento terminaram, na verdade, os combates na Europa Central e de Leste, nas margens do mar Báltico, nos Balcãs e na Irlanda, nem foi o veredito ditado pela força das armas aceite por todos os participantes. Na esfera política e diplomática, o revisionismo dos Tratados de Paz teve início ainda antes da sua ratificação, quer pelos vencedores, quer pelos vencidos. Numa outra esfera, pessoal e íntima, e um pouco por todo o mundo, espíritos condicionados pela experiência de uma guerra total sentiram dificuldades em adaptarem-se à paz.

RESUMO

Alguns historiadores questionam hoje em dia os limites cronológicos da I Guerra Mundial e a unidade do conflito. Sugerem estes historiadores que a sucessão de conflitos que abala a Europa a partir de 1911, prolongando-se até 1923, deve ser analisada conjuntamente, e com recurso não só à história militar e diplomática, como também à história cultural. Sugerem ainda que a esta análise se podem juntar as guerras coloniais que se travavam antes de 1914 e que continuaram após 1918. Este artigo tenta resumir estes argumentos, estabelecendo pontes para com Portugal, pois talvez permita uma reavaliação das origens e consequências do intervencionismo português.

Palavras-chave: guerra, cultura, cronologia, intervencionismo.

ABSTRACT

THE CHRONOLOGICAL UNITY OF THE FIRST WORLD WAR

Some historians have begun to question the chronological unity of the First World War and the conflict's very unity. These historians suggest that the succession of wars that shook



Europe from 1911 until 1923 should be analysed together, not only with recourse to military and diplomatic history, but to cultural history as well. They also suggest that this analysis should extend to the colonial conflicts which had been waged before 1914, and would continue before 1918. This article attempts to summarize such arguments and consider their implications for Portugal, for they might very well permit a reevaluation of the origins and consequences of Portuguese interventionism.

Keywords: war, culture, chronology, interventionism.

A desmobilização cultural levou anos a ocorrer, e foi mais completa entre os antigos Aliados – sobretudo naqueles que se reviam nos termos dos Tratados de Paz – do que nas antigas Potências Centrais. Mas até nos países vencedores houve quem nunca tenha conseguido pôr cobro à guerra que continuava a ser travada dentro de si mesmo, perdoando o inimigo e comungando do ideal de que era a guerra o verdadeiro mal a combater num esforço transnacional, liderado pelos antigos combatentes.

Nem todos os espíritos se acalmam, nem todas as armas se calam, em novembro de 1918. A partir do fim desse ano sucedem-se combates entre (e dentro de)

países cujas fronteiras, muitas vezes problemáticas, foram revistas ou impostas pelos vencedores, sejam estes, numa primeira instância, a Alemanha (através do Tratado de Brest-Litovsk) ou, mais tarde, os Aliados (Tratado de Versalhes). É só na Frente Ocidental, entre as nações cujas trajetórias conjuntam dominam a chamada «História Europeia» – França, Alemanha e Grã-Bretanha – às quais devemos, neste caso concreto, juntar os Estados Unidos, que os combates terminam a 11 de novembro, de um minuto para o outro¹. Mas não é apenas a ideia de um fim absoluto da guerra, em novembro de 1918, que pode e deve ser questionado. Também o início da guerra está agora na mira de alguns historiadores. Mais uma vez é o facto de a historiografia do período ser dominado por historiadores da Grã-Bretanha, França e, sobretudo, Alemanha que nos leva a aceitarmos a crise diplomática de julho de 1914 como o ponto de partida do conflito. Mas ao alargarmos os horizontes de forma a considerar não só uma Europa mais vasta, como ainda os domínios coloniais das potências europeias (e outras como o Japão), veremos então que o recurso à guerra era não só uma possibilidade, maior ou menor, mais ou menos desejável: era já uma realidade, quer na esfera colonial, quer no Norte de África e nos Balcãs. Pondo a questão de outra forma, mais resumida, alguns historiadores veem a I Guerra Mundial como uma coleção de conflitos que duram entre 1911 e 1923, que se sobrepõem uns aos outros e que, de 1914 a 1918, criam a ilusão de serem uma só guerra.

Nenhuma questão agitou tanto a historiografia europeia do século XX como as origens e causas da I Guerra Mundial. Ligada à responsabilidade pela guerra no Tratado de Versalhes, de forma a justificar as indemnizações impostas por esse mesmo tratado à Alemanha, foi a tese da culpa alemã combatida pela República de Weimar praticamente desde o seu nascimento. O *Auswärtiges Amt* coordenou, através de uma secção especial, a *Kriegsschuldreferat*, com enorme sucesso, uma campanha revisionista que incluiu, entre muitas outras iniciativas, a publicação de documentação diplomática relativa aos eventos de 1914; a criação e financiamento de centros de investigação

falsamente independentes e de revistas e jornais [com nomes como *Der Weg zur Freiheit* (O Caminho para a Liberdade)²] dedicados ao tema; e apoios financeiros e práticos a historiadores alemães e estrangeiros. Todo este esforço tinha um fim em vista: apagar o «labéu» contido no artigo 231 do Tratado de Versalhes, desresponsabilizando assim Berlim pela tragédia que enlutara a Europa e grande parte do resto do mundo e pondo fim às reparações financeiras³. Ganhou fôlego esta campanha (parte importante da qual conduzida com manifesta má-fé) graças à intervenção de historiadores norte-americanos como S. B. Fay⁴ – que defendia a corresponsabilização de todas as potências europeias – e Harry Elmer Barnes, que, após defender uma posição semelhante à de Fay, foi mais longe, acabando por culpabilizar a França e a Rússia pelo conflito⁵. Ao crescente isolacionismo norte-americano juntaram-se os efeitos práticos da reconciliação entre os aliados ocidentais e a Alemanha a partir de 1924 – os resultados práticos, por outras palavras, do «espírito de Locarno», a que voltaremos mais tarde. Expandiu-se rapidamente a noção de que a guerra simplesmente começara, sem que ninguém a desejasse ou simplesmente conseguisse controlar a sucessão de acontecimentos que, juntos, formam a crise de julho de 1914. Este novo consenso via na guerra um inimigo a combater e uma tragédia evitável apenas se uma nova forma de diplomacia – transparente e controlada por um eleitorado esclarecido – vingasse. Entre comentadores marxistas, a interpretação, apesar de um ponto de partida completamente distinto, acabava por ser semelhante: era a guerra o resultado da competição desenfreada entre imperialismos rivais. Todos eram culpados, e por isso não valia a pena investigar as ações e decisões dos vários governantes. Hitler explorou este consenso historiográfico e político (que enfraquecia a ordem europeia ditada pelo Tratado de Versalhes) para, entre 1933 e 1939, expandir as fronteiras do 3.º Reich sem provocar uma conflagração europeia, até ser surpreendido pela declaração de guerra franco-britânica aquando da invasão da Polónia.

Este consenso quanto às causas da I Guerra Mundial sobreviveu à II Guerra Mundial. Uma comissão científica mista, composta por historiadores representando a França e a jovem República Federal Alemã (RFA), reuniu-se no início da década de 1950 para estudar e o ensino comum da guerra de 1914-1918 e suas causas. Sobre estas, a comissão, liderada por Pierre Renouvin e Gerhard Ritter, concluiu não haver, na documentação existente, prova que qualquer país tenha agido de forma a provocar intencionalmente um conflito⁶. Para a RFA, regime que arcava com o peso esmagador da II Guerra Mundial e do Holocausto, tendo ainda de suportar ataques à sua legitimidade vindos da vizinha República Democrática Alemã, era importante demonstrar ao resto do mundo que Hitler tinha sido uma aberração na história do povo alemão. Para as outras potências ocidentais, que precisavam de reabilitar a RFA de forma a incluí-la na aliança antissoviética, tal fim era mais do que desejável, era obrigatório. Mas foi um historiador alemão que veio abalar a ideia de que todas as grandes potências europeias tinham sido responsáveis pelo eclodir da I Grande Guerra. Fritz Fischer, nos seus livros

Griff nach der Weltmacht: Die Kriegzielpolitik des Kaiserlichen Deutschland 1914-1918 (1961) e *Krieg der Illusionen* (1969) atribuiu inequivocamente a culpa do conflito à Alemanha, estabelecendo uma continuidade histórica entre três chanceleres: Bismark, Bethmann-Hollweg e Hitler. Fischer, cuja obra desencadeou uma polémica violentíssima entre historiadores alemães (na qual o já mencionado Gerhard Ritter assumiu um papel preponderante, defendendo a reputação do 2.º Reich e de Bethmann-Hollweg), proclamou a primazia da política doméstica: para compreender a decisão de transformar o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand numa guerra europeia, era primeiro

AO RELANÇAR O DEBATE SOBRE AS ORIGENS
– E, SOBRETUDO, A RESPONSABILIDADE
– DA I GUERRA MUNDIAL, FRITZ FISCHER
VEIO REFORÇAR, AGORA NO CONTEXTO
DA GUERRA FRIA, O EUROCENTRISMO
DA QUESTÃO, E SOBRETUDO, A SUA
LIGAÇÃO À ALEMANHA.

necessário entender as debilidades estruturais existentes no 2.º Reich, cujas consequências a médio e longo prazo preocupavam as classes dominantes. Fora a guerra, por outras palavras, uma fuga para a frente da aristocracia prussiana, que ainda dominava o exército e a classe política, mas que se sentia ameaçada por não controlar o ritmo de modernização do país e por os seus interes-

ses nem sempre coincidirem com os do poderoso setor industrial alemão.

Ao relançar o debate sobre as origens – e, sobretudo, a responsabilidade – da I Guerra Mundial, Fritz Fischer veio reforçar, agora no contexto da Guerra Fria, o eurocentrismo da questão, e sobretudo, a sua ligação à Alemanha. Estudos semelhantes aos seus, explorando a alegada primazia da política interna, foram alguns anos depois empreendidos sobre as outras Grandes Potências – Rússia⁷, França⁸, Áustria-Hungria⁹ e Grã-Bretanha¹⁰ – sendo mais uma vez vasculhados os arquivos estatais e as enormes coleções de documentação diplomática publicadas desde os anos 1920. A abundância desta documentação, à qual se deve juntar documentação de outros órgãos estatais (incluindo as forças armadas) e a correspondência e escritos particulares das principais figuras de todos os países envolvidos na crise, derrota a capacidade de qualquer historiador de a ler, compreender e interpretar devidamente. Assim sendo é fácil entender porque é que a questão nunca foi satisfatoriamente resolvida e porque é que cada livro publicado contém uma conclusão «nova». Na mais recente obra dedicada ao tema, da autoria de Christopher Clark, bastante atenção é dedicada à Sérvia, cuja agressividade é explorada em detrimento de uma leitura compreensiva das motivações alemãs, que praticamente desaparecem de vista¹¹. Hoje aceitamos que a História, enquanto disciplina académica, não é infalível – longe disso – e que sente dificuldades em estabelecer verdades absolutas, como se de um tribunal se tratasse, sobre a causalidade e a responsabilidade de eventos passados – sobretudo eventos altamente complexos como crises diplomáticas envolvendo vários países. Felizmente, porém, surgem agora novas formas de encarar o início da guerra, que nos levam a questionar a centralidade da crise de julho de 1914. Há quem interprete a crise diplomática de

julho de 1914 como a consequência lógica das várias guerras que agitaram o Mediterrâneo Oriental, e os Balcãs, a partir de 1911. O assassinato do arquiduque Franz Ferdinand é o momento em que a estas guerras, longe ainda de terem sido definitivamente resolvidas, se vem sobrepor o conflito entre as grandes potências, às quais os países balcânicos se têm de subordinar, nunca abdicando, porém, dos seus interesses nacionais. Império Otomano, Bulgária, Grécia, Roménia: um a um, todos decidem explorar o conflito entre países mais poderosos para consolidar fronteiras, obter territórios cobiçados e sobrepor-se aos seus vizinhos.

Na Introdução de *Empires at War*, Robert Gerwarth e Erez Manela afirmam categoricamente que os limites cronológicos «julho de 1914» e «novembro de 1918» só fazem sentido nos países para os quais a Frente Ocidental foi o palco principal do conflito. Noutras partes do continente europeu e para o resto do globo, a situação é bem diferente:

«O paroxismo de 1914-1918 foi o epicentro de um ciclo de conflito imperial armado que, em algumas partes do mundo, teve início em 1911, com o ataque italiano sobre os territórios do norte de África e do Mediterrâneo anteriormente controlados pelo Império Otomano, e com a Guerra dos Balcãs, que rebentou no ano seguinte. E mais, as ondas de violência massiva desencadeadas pelo colapso imperial continuaram até 1923, altura em que o Tratado de Lausanne definiu as fronteiras da nova República Turca e pôs fim às ambições territoriais gregas na Ásia Menor, tendo-se registado a maior troca populacional da história até à Segunda Guerra Mundial.»¹²

Assim sendo, a agressão italiana de 1911 contra a Líbia acelerou a «Questão Oriental» – o declínio do Império Otomano – dando início a uma série de conflitos que agitaram os Balcãs, subtraindo esta região ao controle das grandes potências, que a tinham tratado, até então, como se fosse um simples tabuleiro de xadrez. Na I Guerra Balcânica, Sérvia, Bulgária e Grécia uniram-se contra o Império Otomano; na II, Sérvia e Grécia lutaram contra a Bulgária. Apesar das graves consequências humanitárias destes conflitos, nos quais o sofrimento da população civil foi notório, despertando a atenção de organizações humanitárias¹³, não se notou, nem nestes países, nem em Itália, uma reflexão negativa sobre o uso da força nos anos que se seguiram; o recurso à guerra continuou a ser aceite como um ato natural para os governos em questão e para grande parte da opinião pública. Ninguém punha de parte uma Terceira Guerra Balcânica.

A mesma linha de pensamento pode ser seguida em relação à I Guerra Mundial se encararmos o conflito a partir do ponto de vista colonial. O exemplo português mostra-nos porquê. A memória da participação nacional no conflito gira em torno dos eventos na Frente Ocidental, onde o Corpo Expedicionário Português (CEP) se bateu, suportando grandes sacrifícios, durante cerca de um ano, até ser desbaratado na batalha de La Lys, a 9 de abril de 1918. Muito menos atenção é prestada às campanhas africanas – mas mesmo estas são encaradas sobretudo na sua vertente antialemã.

Assim sendo, são relativamente bem conhecidos os combates de Naulila, em Angola, ainda antes do estado de guerra com a Alemanha; de Newala, em 1916; e de Negomano, em novembro de 1917: três derrotas que ditaram, respetivamente, o abandono do Sul de Angola em finais de 1914, o fim da invasão portuguesa da África Oriental alemã e a invasão de Moçambique pelas forças comandadas pelo general Von Lettow-Vorbeck. Foi esta última a mais perigosa para os interesses portugueses, uma vez que os outros Aliados culpavam Portugal pela continuação da guerra em África até ao final do conflito. O que raras vezes é mencionado é o facto de grande parte do esforço militar português em África ter sido virado contra a população indígena, quer em Angola, quer em Moçambique. Investigadores como René Pélissier¹⁴ e Malyn Newitt¹⁵, pioneiros da História dos povos colonizados por Portugal, descrevem com naturalidade estas revoltas não como parte da I Guerra Mundial, mas como mais um capítulo na longa história da resistência ao colonialismo português. Mais tarde, os movimentos nacionalistas africanos interpretarão revoltas como as de Barué como sendo movimentos pioneiros – embora ainda liderados por uma aristocracia indígena retrógrada, e por isso mesmo condenados ao insucesso – da independência nacional¹⁶. Para Portugal, entretanto, o recurso à violência de forma a assegurar a sua soberania nas colónias (um dos objetivos que conduz à intervenção portuguesa na Grande Guerra) não implica, na prática, uma qualquer mudança de procedimento, nem provoca grandes dúvidas nos governos republicanos. Combateu-se na África Portuguesa antes da Grande Guerra e durante a Grande Guerra; combater-se-á depois dela também. Como notam Manela e Gerwarth,

«Os impérios vitoriosos da Europa Ocidental, não obstante os ganhos territoriais significativos obtidos na Conferência de Paz de Paris, também não saíram ilesos do cataclismo da Guerra: a Irlanda obteve a independência na sequência de uma guerrilha sangrenta contra as forças britânicas, enquanto, no Egipto, na Índia, no Iraque, no Afeganistão e na Birmânia, Londres respondeu à agitação com considerável força. A França lutou contra a resistência às suas ambições imperiais na Argélia, na Síria, na Indo-China e em Marrocos. Mesmo longe dos palcos principais da Grande Guerra, o Japão fez o mesmo na Coreia.»¹⁷

Por outras palavras, o que, do ponto de vista exclusivo da Frente Ocidental, aparenta ser um único conflito, com princípio e fim claros e evidentes, torna-se, ao alargarmos os horizontes à escala global, uma convergência de conflitos distintos, cujo início e fim são difusos, mas que atinge o seu auge nos anos entre 1914 e 1918, durante os quais as grandes potências europeias se guerreiam umas às outras, mobilizando os recursos dos seus impérios coloniais (ou, noutros casos, continentais) numa luta de vida ou de morte. Esta nova forma de encarar o período ajuda-nos a compreender melhor o intervencionismo de figuras tão distintas como Afonso Costa, o conde de

Romanones, Antonio Salandra e Elephterios Venizelos. A guerra entre as grandes potências, ao criar a possibilidade de uma nova ordem europeia e mesmo mundial, permite aos líderes de algumas outras nações europeias, descontentes com o seu estatuto internacional, sonhar com uma nova posição de prestígio e de força para os respetivos países (e, no caso português, regime). Assim sendo, Costa e os intervencionistas republicanos sonharam com uma República sólida, assente num largo consenso nacional e explorando, em toda a segurança, o vasto domínio colonial português (possivelmente alargado, à custa da Alemanha), finalmente ao abrigo de ambições alheias. Romanones, como outros espanhóis antes e depois dele, ambicionou uma presença reforçada no Norte de África; Salandra arriscou tudo pela recuperação da Itália irredenta, pela transformação do mar Adriático num lago italiano e por uma expansão italiana no Médio Oriente; e Venizelos viu numa conflagração europeia a possibilidade de construir a sua Grande Grécia, que abrangeria parte da Anatólia. Portugal, Itália e Grécia pagariam bem caro este impulso – e Espanha também, mais tarde, em 1921, aquando da batalha de Anual. Velhas e novas ambições que nada tinham a ver com o assassinato do herdeiro imperial austro-húngaro, com a preservação do equilíbrio de forças no continente europeu ou com o Concerto Europeu ditaram a participação na contenda de vários países a quem, habituados como estavam à guerra, quer na Europa, quer fora dela, não repugnava a ideia de se bater pelos seus interesses. Torna-se cada vez mais necessário estudar estes diversos intervencionismos de forma comparativa, pois o que os une é o facto de estabelecerem pontes entre os vários conflitos a decorrer simultaneamente entre 1914 e 1918¹⁸.

Para grande parte do continente europeu, o fim dos combates na Frente Ocidental, em novembro de 1918, pouco significou. A Rússia há muito que tinha abandonado a contenda; e por essa altura já o Império Otomano, a Bulgária e a Áustria-Hungria se tinham rendido. Mas nem estas rendições, nem a assinatura dos vários Tratados de Paz que se lhes seguiram, significaram o regresso da paz à Europa. John Horne e o já citado Robert Gerwarth escreveram, recentemente,

«O fim da Grande Guerra não trouxe imediatamente a paz à Europa. Pelo contrário, revoluções, contrarrevoluções, conflitos étnicos, massacres, guerras pela independência, conflitos civis e violência interestados continuaram a ocorrer entre 1917 e 1923, à medida que as forças sísmicas desencadeadas pelo cataclisma da Grande Guerra transformaram a paisagem política de grande parte do velho continente. Um ou mais destes tipos de violência afectaram a Rússia, a Ucrânia, a Finlândia, os estados Bálticos, a Polónia, a Áustria, a Hungria, a Alemanha, a Itália, a Anatólia e o Cáucaso. A Irlanda passou por uma guerra pela independência e por uma Guerra Civil nesse mesmo período.»¹⁹

Alguns destes conflitos foram conduzidos por exércitos regulares, mas muitos outros – a maioria, mesmo – por grupos paramilitares, dos quais os *Freikorps*, empregues

dentro e fora de território alemão, são provavelmente os mais conhecidos. Acrescentam os dois autores,

«Por violência paramilitar entendemos organizações e práticas militares ou paramilitares que, ou alargaram, ou vieram substituir as actividades das formações militares convencionais. Por vezes, esta tinha lugar no vazio deixado pelos estados em colapso; noutras ocasiões, servia como adjunta ao poder do Estado; em outras, ainda, era usada contra o Estado.»²⁰

O ruir dos velhos impérios multinacionais, todos eles derrotados durante a I Guerra Mundial, deixou um vácuo de autoridade. Os estados e regimes que lhes sucedem, frágeis e desprovidos de meios de ação, não possuem o monopólio da violência. Perante o perigo comunista (sem dúvida exagerado na maior parte dos casos) e a ameaça à integridade destes estados sucessores constituída por minorias linguísticas e religiosas, milhares de veteranos recém-desmobilizados mas ainda imbuídos do espírito das trincheiras (e incapazes de aceitarem a realidade da derrota militar que acabaram de sofrer), aos quais se juntam jovens que desconhecem a realidade da guerra, mas que foram preparados culturalmente, nos anos precedentes, para combater, estando desejosos de mostrarem o seu valor, unem-se para impor a lei do mais forte. Os resultados são, por vezes, catastróficos, sendo a situação na Estónia, Letónia e Lituânia paradigmática. Segundo Rudolf Höss, mais tarde comandante do complexo de extermínio e trabalho forçado em Auschwitz,

«O combate no Báltico foi mais feroz e desesperado do que qualquer outra coisa a que eu tenha assistido em todos os combates dos *Freikorps*, antes ou depois. Não havia uma frente identificável – o inimigo estava por todo o lado. E sempre que havia um confronto, este tornava-se num massacre, ao ponto da aniquilação total.»²¹

Há duas formas de interpretar esta violência. A primeira encara-a do ponto de vista estrutural, como uma consequência lógica da impossibilidade da tarefa iniciada em Paris, em 1919. Assim sendo, estes combates, travados por forças regulares e irregulares, resulta da impossibilidade de encontrar fronteiras «naturais» e seguras para a totalidade dos estados-nação que deviam substituir, de acordo com os princípios wilsonianos, os antigos impérios multinacionais. Mas como explicar que, após mais de quatro anos de guerra industrializada, com nove milhões de soldados mortos em combate, vinte milhões de feridos, houvesse ainda tanta apetência para mais violência? É precisa uma segunda interpretação, de natureza totalmente distinta. Teve a I Guerra Mundial, para além das suas vertentes militar e diplomática, uma forte componente cultural, que ajuda aliás a explicar a sua duração e a disciplina observada, quer nas frentes de combate, quer atrás das linhas. Foi criada, na maior parte dos beligerantes, uma cultura de guerra, caracterizada pela subordinação do indivíduo ao interesse coletivo, pela apresentação do conflito como sendo uma contenda de vida ou de morte a

nível nacional, pela diabolização do inimigo e pela justificação de uma violência cada vez maior para alcançar a vitória. Nalguns países – sobretudo nos estados balcânicos – esta cultura de guerra já vinha de trás, com efeitos desastrosos, sendo trocadas acusações sobre violações dos direitos dos não-combatentes entre a Bulgária e a Grécia aquando da 2.^a Guerra Balcânica. Aliás, não se nota, no comportamento das instituições e da imprensa sérvia, no verão de 1914, um receio especial de uma guerra contra a Áustria-Hungria. E a aceitação da beligerância armada como opção natural de governação está patente na vitória eleitoral de Elephterios Venizelos, em 1915, alcançada a partir da oposição (algo impensável em Portugal). A maioria dos gregos, sem dúvida nenhuma, deseja a guerra. A partir de 1914, esta «cultura de guerra» faz-se sentir tanto nas linhas da frente como na retaguarda, embora não seja um fenómeno universal: praticamente não existe, por exemplo, em Portugal, país escudado pela

distância que o separa das frentes de combate e pela falta de urgência que caracteriza o seu esforço de guerra. Já as autoridades italianas só sentem a necessidade de estimular o desenvolvimento de uma cultura de guerra própria e capaz de abranger toda a população após a derrota de Caporetto, no outono de 1917, quando tropas inimigas ocupam território nacional até à linha do rio Piave. A maior parte dos países em que se desenvolve esta cultura de guerra sentirá dificuldades em inverter-lhe o curso uma vez finda a guerra. Não será uma tarefa simples a desmobilização cultural da população (ex-combatentes e civis), especialmente nos países que se contam entre os derrotados. Estamos então de regresso à ideia de uma guerra civil europeia, iniciada não em 1914, mas em 1911, com a agressão italiana na Líbia, e terminada em 1945? Não necessariamente. O período de agitação que caracteriza o pós-guerra estende-se apenas até 1923, cessando rapidamente nos anos seguintes. Num extremo da Europa termina a guerra civil irlandesa com a vitória dos partidários do Estado Livre Irlandês e a derrota do IRA. A fundação por Éamonn de Valera do partido Fianna Fáil em 1926 e a aceitação temporária do juramento de fidelidade ao rei britânico por parte dos deputados ao parlamento irlandês marcam o regresso da normalidade à vida política irlandesa após anos de agitação intensa, fechando-se o ciclo inaugurado pela crise da autodeterminação (*home rule*), em 1912. No extremo oposto da Europa, 1923 viu o Tratado de Lausanne pôr cobro, finalmente, ao estado de guerra com a Turquia, herdeira do Império Otomano, que se libertara, após anos de combates exaustantes, das tropas de ocupação gregas. Uma convenção sobre a troca de populações grega e turca (nem sempre sendo fácil identificar quem era o quê, acabando a religião por se tornar o denominador de recurso) levou um milhão de gregos a deixar território turco, e meio milhão de turcos

ESTAMOS ENTÃO DE REGRESSO À IDEIA DE UMA GUERRA CIVIL EUROPEIA, INICIADA NÃO EM 1914, MAS EM 1911, COM A AGRESSÃO ITALIANA NA LÍBIA, E TERMINADA EM 1945? NÃO NECESSARIAMENTE. O PERÍODO DE AGITAÇÃO QUE CARACTERIZA O PÓS-GUERRA ESTENDE-SE APENAS ATÉ 1923, CESSANDO RAPIDAMENTE NOS ANOS SEGUINTE.

a percorrer o caminho inverso. Findara entretanto a Guerra Civil Russa (tendo sido introduzida, pouco tempo depois, a Nova Política Económica) e, com ela, o medo de um «contágio revolucionário» na Europa de Leste, onde a situação estabiliza. Entre as potências ocidentais, 1923 foi um ano difícil, graças à ocupação franco-belga do Ruhr e à resposta alemã, que resultou numa hiperinflação debilitante para a população (mas não necessariamente para o Estado, que se viu livre da dívida interna contraída durante a Grande Guerra). O resultado foi uma onda de efervescência política, que incluiu a tentativa de golpe de Estado liderada, em Munique, por Hitler. Mas 1923 foi também um ano de viragem: inicia-se, sob a liderança de Gustav Stresemann, um longo período de calma doméstica. Stresemann na Alemanha, Aristide Briand em França e Austen Chamberlain no Reino Unido trabalham, com sucesso, para pôr cobro às querelas entre os seus três países. O «espírito de Locarno» é uma realidade que desmobiliza países e espíritos na Europa Ocidental. O ritmo a que esta desmobilização ocorre varia de país para país. Segundo Laurence van Ypersele,

«A “desmobilização cultural” ocorreu mais rapidamente na Grã-Bretanha do que em França, e revelou-se mais difícil na Alemanha. Por todo o lado, havia quem se recusasse a abdicar das atitudes bélicas. No entanto, com o tempo, o ardor esmoreceu, a visão sobre a guerra transformou-se e, sobretudo na metade ocidental da Europa, assim como nos Domínios e nos Estados Unidos, desenvolveu-se uma atmosfera essencialmente pacífica.»²²

Escreve Alan Kramer que, quer a Grã-Bretanha, quer a França, se mostraram, a partir de 1925, dispostas a readmitir a Alemanha na comunidade internacional, «e a tratá-la na base da assunção de que a desmobilização mental, no sentido de um esmorecimento do propósito da vingança militar, estava a ganhar terreno na Alemanha tão rapidamente como em França e na Grã-Bretanha»²³.

Horne e Gerwarth, acérrimos defensores do conceito de desmobilização cultural, apontam-no como sendo mais útil do que o seu antecessor, o da «brutalização» que, embora desacreditado, não fora ainda substituído de forma convincente. Segundo George Mosse, o principal defensor desta noção de brutalização,

«A persistência das atitudes bélicas depois da Guerra perpetuou uma certa brutalização da política, uma indiferença exacerbada à vida humana. Não foi apenas a visibilidade continuada e o estatuto militar elevado de nações como a Alemanha o que encorajou uma certa crueldade, mas, acima de tudo, um estado de espírito decorrente da guerra e da aceitação da própria guerra.»²⁴

Porém, tal brutalização, consequência do trauma psicológico sofrido durante a guerra, deveria ter-se manifestado, desenvolvido e, por fim, resolvido por toda a Europa de acordo

com uma só regra, consequência da sua origem psicológica, comum a todos os que passaram pela frente de combate. Mas, como já constatámos, tal não foi o caso²⁵. Os índices de violência política no pós-guerra variam de país para país. Horne e Gerwarth sugerem que a causa reside no aspeto cultural do conflito: embora seja impossível resistir à resolução de um trauma, é possível resistir a um processo de desmobilização cultural, e muitos escolheram não o fazer, mantendo viva a guerra dentro de si. A ideia de que tal desmobilização equivaleria à inutilização dos sacrifícios feitos nas trincheiras pelos que delas voltaram e pelos que lá ficaram, mortos em combate, revelou-se, em muitos casos, duradoura, e fácil de explorar. Alan Kramer, debruçando-se sobre o mesmo problema, propõe uma correlação entre os graus de desmobilização cultural

(e por isso mesmo de violência política) e as diferentes formas de constituição de estados-nação. Adotando a classificação idealizada por Theodor Schieder, Kramer descreve uma desmobilização cultural relativamente fácil nos estados-nação criados por revoluções internas (da qual resulta um pós-guerra pacífico), a destruição de regimes democráticos por forças paramilitares nos estados-nação criados por processos de unificação, e uma violência sem limites nos estados-nação criados por secessão²⁶.

Começando em 1924, cresce o consenso de que é a guerra em si o verdadeiro inimigo, contra o qual será necessário combater com todos os meios possíveis. Ao Pacto de Locarno seguir-se-ão o Pacto Kellogg-Briand e, um pouco mais tarde, a proposta de Briand para a criação de uma união federal europeia. Com apoio norte-americano, a Alemanha recomeça o pagamento de reparações financeiras de acordo com um calendário mais favorável. Ultrapassada a crise internacional, a economia alemã recupera o seu fôlego e a crispação política parece resolver-se. Com algum atraso começam a ser publicadas narrativas de guerra dos que nela participaram, que geralmente apresentam os soldados – todos eles, seja qual for a sua nacionalidade – como vítimas merecedoras de compaixão, tal o sofrimento por que passaram. Esta onda de pacifismo é alimentada por romances e filmes (sendo os mais conhecidos *A Oeste Nada de Novo*, de 1929) e ainda por obras que revelam – e exageram – a força das campanhas de propaganda efetuadas durante a guerra²⁷. Essas obras explicam o que, para o número cada vez maior de pacifistas, mais precisa de ser esclarecido: porque é que tantos seres humanos se massacraram ano após ano nas trincheiras, sem nunca se insurgir contra o que estavam a fazer. A razão, afinal, é simples: foram os soldados enganados por figuras políticas, económicas e intelectuais pouco escrupulosas, que, a fim de perseguirem os seus interesses privados, não hesitaram em mentir descaradamente sobre a situação internacional e o comportamento do «inimigo». Surgem assim dúvidas sobre as atrocidades de

COMEÇAM A SER PUBLICADAS NARRATIVAS DE GUERRA DOS QUE NELA PARTICIPARAM. ESSAS OBRAS EXPLICAM O QUE, PARA O NÚMERO CADA VEZ MAIOR DE PACIFISTAS, MAIS PRECISA DE SER ESCLARECIDO: PORQUE É QUE TANTOS SERES HUMANOS SE MASSACRARAM ANO APÓS ANO NAS TRINCHEIRAS, SEM NUNCA SE INSURGIR CONTRA O QUE ESTAVAM A FAZER.

guerra cometidas pelo exército alemão em França e na Bélgica em 1914, encaradas agora como parte desta campanha desumana de desinformação. A estas obras junta-se outra, vinda de um campo ideológico totalmente oposto, que usa o suposto poder ilimitado da propaganda de guerra para explicar outro «mistério», o da derrota alemã: *Mein Kampf*. Para Hitler, a propaganda aliada fora muito superior à alemã; será preciso, no futuro, inverter essa situação.

Há exceções, claro, a esta desmobilização cultural. Em Itália a entrega do poder a Benito Mussolini nasce não só do receio, partilhado por elites tradicionais e empresariais, de uma revolução que siga o exemplo russo, como também da opinião de que, durante a guerra, uma nova forma de governar o país fora encontrada, mais segura e eficiente do que a democracia parlamentar, sobretudo na era do sufrágio masculino universal, impossível de controlar. Assim sendo, e embora não só a força do Estado não esteja verdadeiramente ameaçada (ninguém sonha medir forças de forma sistemática com o Exército, por exemplo) como ainda a onda de contestação social do chamado biénio vermelho (1919-1920) tenha passado, as forças conservadoras entregam o poder político a um grupo radical que recusa a desmobilização cultural. Para os fascistas a guerra não terminou, tendo em conta as promessas feitas pelos Aliados no Pacto de Londres, assinado em 1915, e quebradas em Paris, quatro anos mais tarde, e a presença na sociedade italiana de elementos cuja traição levou à fraca prestação do Exército, especialmente durante a batalha de Caporetto, em finais de 1917. Mussolini afirma agir em nome dos 600 mil italianos mortos em combate, para que o sacrifício por eles feito não seja esquecido – um truque retórico que permite ao fascismo apresentar-se como igual em força, senão superior, ao seu alvo preferencial, o Partido Socialista Italiano, na realidade muito mais numeroso.

Na segunda metade da década de 1920, o continente europeu conhece uma estabilidade que desaparecera a partir de 1911. Muito mudará, porém, com a Grande Depressão, que fragilizará todos os regimes existentes, autoritários ou democráticos, começando pela República de Weimar. É a crise económica que se segue – a segunda em menos de dez anos – e não as questões deixadas em aberto pelos Tratados de Paz que permitirá o aumento dramático do voto nacional-socialista, levando – tal como em Itália – ao convite a Hitler, feito pelas forças conservadoras que cercam o Presidente Von Hindenburg, carentes de um apoio popular forte, para formar Governo. Não parece válida, assim sendo, a tese da «guerra civil europeia», de 1914 a 1945. O mesmo não se pode dizer da revisão dos limites cronológicos da guerra, e da ideia de mobilização e desmobilização cultural, que muito contribuem para iluminar o período do pós-guerra e, do ponto de vista português, a singularidade da experiência nacional da Grande Guerra e dos anos que se lhe seguem. Se um dos principais motores históricos do período é a experiência de mobilização/desmobilização cultural em torno da guerra, o que sucede a um país que, embora tenha participado no conflito, a grande custo em vidas e tesouro, não partilha essa experiência? ^{RI}

Data de receção: 14 de abril de 2014 | Data de aprovação: 22 de maio de 2014

NOTAS

- 1** Para Portugal, os combates na Frente Ocidental terminaram, na prática, em abril de 1918. Podemos-nos questionar sobre as consequências para a vida política portuguesa, a médio e longo prazo, de uma permanência na frente de combate até novembro de 1918 de um Corpo Expedicionário Português (CEP) regularmente reforçado.
- 2** MOMB AUER, Annika – *The Origins of the First World War: Controversies and Consensus*. Londres: Routledge, 2002, p. 53.
- 3** Ver, por exemplo, GEISS, Imanuel – «Die manipulierte Kriegsschuldfrage. Deutsche Reichspolitik in der Julikrise 1914 und Deutsche Kriegsziele im Spiegel des Schuldreferats des Auswärtigen Amtes, 1919-1939». In *Militärgeschichtliche Mitteilungen*. Oldenbourg. Vol. 34, N.º 2, 1983, pp. 31-60.
- 4** FAY, S. B. – *The Origins of the World War*. Nova York: MacMillan, 1929.
- 5** BARNES, H. E. – *The Genesis of the War: An Introduction to the problem of War Guilt*. Nova York: Kopf, 1927.
- 6** MOMB AUER, Annika – *The Origins of the First World War: Controversies and Consensus*, p. 123.
- 7** LIEVEN, Dominic C. B. – *Russia and the Origins of the First World War*. Londres: MacMillan, 1983.
- 8** KEIGER, John Keiger – *France and the Origins of the First World War*. Londres: MacMillan, 1983.
- 9** WILLIAMSON JR, Samuel R – *Austria-Hungary and the Origins of the First World War*. Londres: MacMillan, 1990.
- 10** STEINER, Zara – *Britain and the Origins of the First World War*. Londres: MacMillan, 1977.
- 11** CLARK, Christopher. *The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914*. Londres: Allen Lane, 2012.
- 12** GERWARTH, Robert Gerwarth, e MANELA, Erez – «Introduction». In GERWARTH, Robert, e MANELA, Erez (coord.) – *Empires at War, 1911-1923*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 2.
- 13** MICHAÏL, Eugene – «War in the Balkans and the shifting meanings of violence, 1912-91». In *Journal of Contemporary History*. Londres. Vol. 47, N.º 2, 2012, pp. 219-239. Ver também o *Report of the International Commission to Inquire into the Causes and Condit of the Balkan Wars*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, 1914.
- 14** PÉLISSIER, René – *Naissance du Mozambique. Résistance et révoltes anticoloniales (1854-1918)*. V. II *La conquête*. Orgeval: Péliissier, 1984. Ver também PÉLISSIER, René – *Les Campagnes Coloniales du Portugal, 1844-1891*. Paris: Pygmalion, 2004.
- 15** NEWITT, Malyn – *A History of Mozambique*. Londres: Hurst, 1995.
- 16** FUNADA-CLASSEN, Sayaka – *The Origins of War in Mozambique*. Joanesburgo: African Minds, 2013, p. 72.
- 17** GERWARTH, Robert, e MANELA, Erez – «Introduction», p. 1.
- 18** MENESES, Filipe Ribeiro de – «Waiting for war: Portugal, Spain, Italy and Greece, 1914-1918». In *Comunicação & Cultura*. N.º 16, 2013, pp. 41-56. Representa este artigo uma primeira tentativa de explorar os pontos comuns em três países que escolheram entrar na guerra e um que não o fez.
- 19** GERWARTH, Robert, e HORNE, John – «Paramilitarism in Europe after the Great War: an introduction». In GERWARTH, Robert e HORNE, John (coord.) – *War in Peace: Paramilitary Violence in Europe after the Great War*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 1.
- 20** GERWARTH, Robert, e HORNE, John – «Paramilitarism in Europe after the Great War: an introduction». In GERWARTH, Robert, e HORNE, John (Coord.) – *War in Peace: Paramilitary Violence in Europe after the Great War*, p. 1.
- 21** Citado e traduzido por KRAMER, Alan – *Dynamic of Destruction: Culture and Mass Killing in the First World War*. Oxford: Oxford University Press, 2007, 308.
- 22** YPERSELE, Laurence Van – «Mourning and memory, 1919-45». In HORNE, John (coord.) – *A Companion to World War I*. Londres: Wiley-Blackwell, 2010, p. 582.
- 23** KRAMER, Alan – *Dynamic of Destruction: Culture and Mass Killing in the First World War*, p. 283.
- 24** MOSSE, George L. – *Fallen Soldiers: Reshaping the Memory of the World Wars*. Oxford: Oxford University Press, 1990, p. 159.
- 25** Até mesmo para o caso alemão as ideias de Mosse estão agora a ser contestadas. Ver, por exemplo, ZIEMANN, Benjamin – *War Experiences in Rural Germany: 1914-1923*. Oxford: Berg, 2007, e ZIEMENN, Benjamin – *Contested Commemorations: Republican War Veterans and Weimar Political Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- 26** KRAMER, Alan – *Dynamic of Destruction: Culture and Mass Killing in the First World War*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 279.
- 27** Ver, por exemplo, PONSONBY, Arthur – *Falsehood in Wartime: Containing an Assortment of Lies Circulated Throughout the Nations During the Great War*. Londres: Garland, 1928, e CREEL, George – *How We Advertised America*. Nova York: Harper Brothers, 1920. O sucesso do romance de Erich Maria Remarque, segundo Alan Kramer, demonstra que «a very large part of the German public still identified with the rejection of the war which had destroyed a generation, and with the transnationality of the experience of victimhood. It sold one million copies in Germany in its first year of publication alone, before going on to become an international bestseller». Por isso mesmo quer o livro, quer o filme norte-americano, realizado por Lewis Milestone foram violentamente atacados pela extrema-direita alemã, e mais tarde proibidos pelo regime nazi. KRAMER, Alan – *Dynamic of Destruction: Culture and Mass Killing in the First World War*, pp. 319-320.